



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

JULIANO LEITE GATTI

**AS RENEGOCIAÇÕES DO TRATADO DE ITAIPU NAS
RELAÇÕES BRASILEIRO-PARAGUAIAS (2003-2010)**

Dourados - MS
2016

JULIANO LEITE GATTI

**AS RENEGOCIAÇÕES DO TRATADO DE ITAIPU NAS
RELAÇÕES BRASILEIRO-PARAGUAIAS (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto.

**Dourados - MS
2016**

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por tudo.

À minha família, pelo amor incondicional. À minha mãe, por ser o meu maior exemplo de força e perseverança, ao meu pai, por todo o carinho e prontidão, à minha irmã, pelo companheirismo e por ser a minha maior fã, à minha madrinha Sonia, por todo o apoio e torcida.

A todos os meus professores. Do Ensino Infantil à Graduação. O Juliano de hoje é uma construção de um pouco de cada um de vocês. Sou eternamente grato a todos!

A todos os amigos que a FADIR me trouxe nesses quatro anos e meio de graduação. Em especial, à Carla Vreche que me cedeu um espaço em sua sala – e em sua vida - quando eu não tinha pra onde ir e ao *Suruagy*, por toda a parceria nos mais distintos aspectos do que chamo de vida universitária e pela estrutura fraternal e familiar que recebi de vocês quando estava fora da minha zona de conforto.

A todos os funcionários da FADIR. Em especial, ao Antônio, Dona Maria do Carmo e Maria Souza, por todas as conversas, descontrações e cafés no meio de horas de estudos intensas. Vocês não fazem ideia de como esses momentos foram importantes para o rendimento das minhas rotinas, obrigado!

Agradezco a todos mis amigos que he hecho en la Universidad de León, vosotros sabéis que lo que conquisté ahí se quedará por siempre en mis ideas, pensamientos y corazón. Muchísimas gracias a todos, en especial al “Futuro del Mundo”, “Las chicas de Juliano” y Héctor Paredes Soares.

Agradeço à Laís Tomaz, grande pesquisadora que me ajudou pacientemente em diversos momentos no meu primeiro ano de Iniciação Científica, você é dez, Laís!

Aos professores Matias Spektor, Oliver Stuenkel e Alexandre Morelli, por terem proporcionado a Oficina de História Global e Metodologia em Relações Internacionais, na qual eu tive o prazer de participar e, assim, me deram mais incentivo a seguir a carreira acadêmica. Obrigado!

Agradeço ao CNPq por patrocinar a minha pesquisa e, assim, me incentivar a querer a seguir a carreira acadêmica durante a minha graduação.

Ao amigo Wallid, por toda a ajuda nos trâmites jurídicos e burocráticos para a entrada na universidade e por me conduzir até São Paulo quando a Passaredo resolveu me abandonar. Muito obrigado!

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu professor, orientador e amigo Tomaz Espósito Neto. Agradeço por ter confiado em mim desde as minhas primeiras semanas de aula. Por todas as orientações atentas e precisas nos meus três anos de Iniciação Científica, na monitoria da disciplina de Introdução às Relações Internacionais e, por fim, no resultado deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço também por todas as conversas, por ter sido o maior incentivador do meu intercâmbio e de todas as minhas decisões acadêmicas, inclusive, a de seguir essa carreira brilhante.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa caminhada se tornar uma história inesquecível.

RESUMO

A Usina de Itaipu é um pilar fundamental no cenário energético do Brasil e do Paraguai. Essa é responsável por 25% da energia utilizada em território brasileiro e 75% em terras paraguaias (MME, 2012). Assim, nos moldes de uma empresa bi-estatal, sendo administrada por gestores brasileiros e paraguaios, um dos fatos recentes mais polêmicos nas relações diplomáticas entre Brasília e Assunção foi a negociação da alteração do Tratado de Itaipu, ocorrido em 25 de julho de 2009. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo principal analisar as negociações em torno das alterações do Anexo C do Tratado de Itaipu, e, assim, fazer um panorama da política externa de Lugo (2009-2012) e Lula (2003-2010). Para a elaboração deste, foi feita uma pesquisa em bibliografia selecionada através de livros, artigos científicos, publicações em revistas, periódicos, entrevistas, análises de discursos, entre outros.

Palavras-chaves: 1. Itaipu; 2. Integração regional; 3. Relações Brasil-Paraguai.

ABSTRACT

Itaipu is a key pillar in the energy scenary of Brazil and Paraguay. This accounts for 25% of the energy used in Brazil and 75% in Paraguayan territory (MME, 2012). Thus, along the lines of a two-state company, being run by Brazilian and Paraguayan managers, one of the recent events more controversial in diplomatic relations between Brasilia and Asuncion was the negotiation of the amendment of the Treaty of Itaipu, which occurred in July, 25th. Thus, this paper aims to analyze the negotiations on the amendments to Annex C of the Itaipu Treaty. This way, an overview of the foreign policy of Lugo (2009-2012) and Lula (2003-2010). To prepare this, has done research in selected bibliography through books, scientific articles, publications in journals and periodicals, interviews, speeches analyzes, etc.

Keywords: 1. Itaipu; 2. Regional Integration; 3. Brazil-Paraguay Relations.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. O Processo de redemocratização e política externa no Paraguai: de Rodriguez a Lugo (1989 – 2012).....	9
1.1 De legado Stroessner a Nicanor Duarte Frutos: a queda do Partido Colorado.	9
1.1.1 A era Stroessner	9
1.1.2 Andrés Rodríguez (1989-1993).....	10
1.1.3 Juan Carlos Wasmosy (1993-1998)	11
1.1.4 Raul Cubas Grau e Luis Ángel González Macchi (1999-2003)	12
1.1.5. Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e a ascensão de Fernando Lugo.....	12
1.2 As eleições de 2008 e a ascensão de Lugo.....	14
1.3 A política externa do governo Lugo	15
2. A política externa do governo Lula (2003-2010) e a Agenda bilateral com o Paraguai.	17
2.1.1 A Política Externa do Governo Lula (2003-2010)	17
2.1.2 África	18
2.1.3. Ásia	18
2.2 Relações bilaterais Brasil-Paraguai.....	19
3. A alteração no Tratado da Usina de Itaipu.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Itaipu possui grande importância para o Estado brasileiro. Esta, que é uma empresa binacional, ou seja, é administrada por autoridades brasileiras e paraguaias e, juridicamente, pertence aos dois países, é responsável por 25% da energia elétrica consumida no Brasil e 75% da energia do consumo paraguaio (ESPÓSITO NETO, 2012). Itaipu, não obstante, é um símbolo da integração política e econômica na América do Sul, considerado por muitos como um marco nas relações regionais (CAUBET 1989; MELLO, 1996; ESPÓSITO NETO, 2012; BETIOL 1983).

Ademais, sua construção e suas atividades mudaram a face das regiões próximas à barragem¹. Com o passar dos anos, Itaipu foi considerada a usina que mais gera energia no planeta (ITAIPU, 2012). Dessa maneira, é um tema pertinente e relevante na agenda de política externa das nações brasileira e paraguaia.

Com a posse do presidente Lula, a política externa aumentou a ênfase nas relações bilaterais e multilaterais com os países emergentes. Assim, a agenda com o Paraguai ganhou novas pautas e mais relevância (ESPÓSITO: PAULA, 2015). A Usina de Itaipu, desde o início de seu funcionamento, sempre foi assunto relevante nas relações brasileiro-paraguaias. Um tema polêmico, nesse eixo, foi a alteração do Tratado da Usina em 2009.

Assim, o objetivo desse texto é fazer uma análise sobre as relações brasileiro-paraguaias no governo dos presidentes Lula e Lugo, e, apresentar, os trâmites para a renegociação do Anexo C do Tratado da Usina de Itaipu em 2009.

Este texto parte da hipótese de que as renegociações de Itaipu e os seus resultados devem ser entendidas num novo quadro das relações bilaterais, em virtude da ascensão do poder de dois políticos de esquerda.

Como marco teórico, optou-se pelo uso da interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye (1977). Segundo essa perspectiva teórica, um projeto binacional, como Itaipu, gera uma série de impactos positivos nas relações bilaterais. Assim, o *spill over*, através da cooperação das forças e da união entre os dois Estados, benefícios foram gerados para ambos. Como marco teórico complementar, utilizou-se a ideia dos jogos de dois níveis de Robert Putnam (1988) que traz uma visão geral dos entrelaçamentos da política internacional e nacional.

¹ A construção da Itaipu alterou em diversos sentidos a região de Foz do Iguaçu/PR, tanto no sentido natural quanto às questões geográficas (população, desenvolvimento, IDH, etc).

Para a elaboração do trabalho, foi feita uma análise em uma bibliografia selecionada (teses, dissertações, artigos científicos, livros), seleção de notícias em jornais brasileiros e paraguaios, pesquisa em documentos e dados oficiais.

O presente texto está dividido em três partes. Nesta primeira sessão, é feito um breve panorama sobre a política externa paraguaia dos últimos anos, sendo discorrido sobre o quadro político paraguaio até as eleições de 2008 e, depois, trata-se da política do Governo Lugo e do Impeachment do mesmo em 2012.

Na segunda parte, falou-se sobre a política externa do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o último tópico discorrerá sobre as relações do Brasil com o Paraguai durante o mesmo governo.

Na terceira e última sessão, foi estudado sobre a alteração no Tratado da Usina de Itaipu no ano de 2009, com as devidas considerações finais.

1. O Processo de redemocratização e política externa no Paraguai: de Rodriguez a Lugo (1989 – 2012).

1.1 De legado Stroessner a Nicanor Duarte Frutos: a queda do Partido Colorado.

Quando se fala de política paraguaia contemporânea, é de extrema importância discorrer sobre o período de governo liderado por Alfredo Stroessner, mesmo que sucintamente. O Estado Paraguaio viveu uma longa e violenta ditadura (1954-1989), comandada pelo Stroessner, general militar e político paraguaio, com o apoio do Partido Colorado e das Forças Armadas. Este foi um período de muitas crises na República Paraguaia.

1.1.1 A era Stroessner

No que tange a política externa, Espósito Neto (2012) escreve que o período do governo de Stroessner teve três eixos principais na política externa: i. o apoio dos Estados Unidos, com fins de ter recursos externos e legitimação do regime; ii. o aprimoramento das relações com o Brasil, para conseguir investimento e diminuir a influência argentina no Paraguai e, por fim, iii. a manutenção de relações maduras com a Argentina, buscando evitar a “satelitização” do Paraguai pelo Brasil.

Desse longo período de ditadura no Estado Paraguaio, a política de Stroessner tinha como objetivo principal trazer recursos e investimentos ao Paraguai. A queda de seu governo deu-se, principalmente, à dificuldade do governo se adequar as mudanças políticas e econômicas da época, levando, assim, à queda do ditador.

Stroessner foi deposto em 3 de fevereiro de 1989, num golpe liderado pelo general Andrés Rodríguez. Mudando diversos atos no país – como a censura, a liberdade de expressão, a imprensa -, Rodríguez assumiu a presidência do Paraguai no dia 1º de maio do mesmo ano.

1.1.2 Andrés Rodríguez (1989-1993)

No período governado por Andrés Rodríguez (1989-1993), não houve mudanças significativas na política paraguaia. Almeida (2014) escreve que ainda que Rodríguez, em seu discurso, dizia que queria implantar um regime mais democrático, dando mais valor aos direitos humanos e a igualdade, o seu mandato foi marcado pela atuação de antigos parceiros de Stroessner, o que reforçou o prestígio das Forças Armadas e do Partido Colorado.

Após a vitória de Rodríguez, nas eleições de 1989, o Partido, até então coeso, começou a se fragmentar em diversas facções, tendência que foi responsável pelas grandes convulsões político-paraguaias, ao longo dos anos de 1990. Nesse sentido, embora tenha ocorrido o fim do regime ditatorial, a permanência do mesmo partido responsável pela legitimidade do antigo governo como a força propulsora e mais importante do período da redemocratização, atribui características específicas à democracia do Paraguai (BARREDA; CASTAFREDA, 2004, p. 114 apud Giordano de Almeida).

Carreras (2012) afirma que a economia paraguaia durante o governo de Rodríguez adotou medidas liberalizantes, com o objetivo de receber incentivos externos para a aceleração do desenvolvimento do país. Além disso, houve um grande corte de gastos para diminuir a dívida externa e, em muitas situações, houve também a eliminação de barreiras alfandegárias para aumentar as negociações internacionais.

Quanto à diplomacia do Governo Rodríguez, o Paraguai focou as suas relações com os dois maiores vizinhos (Brasil e Argentina) e com os Estados Unidos.

Na América do Sul, a diplomacia guarani procurou o equilíbrio entre seus dois maiores vizinhos. Enquanto Rodríguez aderiu à iniciativa brasileira do Mercosul, seu chanceler trabalhava pelo adensamento das relações bilaterais com Buenos Aires, já que os estreitos vínculos com o Brasil remetiam ao período ditatorial, em que, por meio da confluência de objetivos, Alfredo Stroessner se aproveitou dos incentivos brasileiros, destinados a mitigar a influência argentina na região do Prata (MASI, 1997. Apud Giordano de Almeida).

Em linhas gerais, o governo de Andrés Rodríguez não trouxe transformações na política paraguaia. Apesar de, em seu discurso, o ex-presidente ser pró-mudanças e apto

à redemocratização do país, na prática, houve poucos avanços quando comparado à política da era Stroessner.

1.1.3 Juan Carlos Wasmosy (1993-1998)

Em 09 de maio de 1993, Juan Carlos Wasmosy venceu as eleições do Paraguai com 39,8% dos votos (PARAGUAI, 2012). O governo de Wasmosy (1993-1998) foi marcado por acentuadas crises econômicas e políticas, principalmente pelo fato de que grande parte da oposição ocupava cargos no legislativo do país.

Almeida (2014) afirma que

o Governo de Juan Carlos Wasmosy se caracterizou pela conturbada situação interna, o que pode ter diminuído o escopo de atuação internacional da diplomacia paraguaia. No cerne dessa desordem, encontrava-se o processo decorrente do custoso amadurecimento da uma jovem democracia. Ainda que esse momento tenha sido de aguda instabilidade, durante a presidência de Wasmosy, a classe política paraguaia conseguiu destruir um dos pilares de sustentação do regime de Stroessner: a estreita vinculação entre as Forças Armadas e a ANR e colocar à prova suas instituições, ainda que sua sobrevivência tenha tido como fundamento a estreita vinculação entre o poder guarani, legitimamente constituído, e os principais parceiros internacionais desse País – o Brasil e os Estados Unidos – que ora conjuntamente, ora bilateralmente, afiançaram a presidência de Wasmosy até o fim de seu mandato (ALMEIDA, p.99).

Como a Constituição de 1993 outorgava uma maior condicionalidade de poder ao Legislativo, Wasmosy esforçou-se em buscar diversas parcerias políticas dentro do país para dar andamento em seus projetos e, posteriormente, driblar as crises do país.

Porém, tal feito não foi nada fácil para o governo supracitado. Em 1996, Lino de Oviedo, junto com as Forças Armadas, o Exército e demais partidos, exigiu a renúncia de Wasmosy da Presidência da República. Com toda a pressão política, Wasmosy decidiu encaminhar o pedido de renúncia e garantiu que, se aceito, deixaria a presidência do país. (PARAGUAY, 2006. Apud Almeida)

Fato importante de ser mencionado é que, protocolado o pedido de renúncia, Wasmosy foi até Brasília pedir o apoio do governo brasileiro. Fernando Henrique Cardoso deixou claro e explícito o apoio ao governo paraguaio, visto que a diplomacia do Brasil em seu governo se baseava na defesa da democracia. Tal fato, consolidou o apoio ao Paraguai e possibilitou o fim desta crise política (SPEKTOR, 2015)

Assim, o governo de Wasmosy foi marcado por intensa crise política e econômica interna, fruto também de um país que ficou décadas sob período ditatorial.

Este impossibilitou uma política externa mais ativa do Estado Paraguai, que focou suas relações com a integração no Mercosul e acordos comerciais com os Estados Unidos.

1.1.4 Raul Cubas Grau e Luis Ángel González Macchi (1999-2003)

Raul Cubas Grau foi eleito presidente para o período de 1999 a 2003. Cubas pediu a saída de Lino Oviedo da prisão, por meio do decreto 117. Giordano de Almeida escreve que

A corte não só decretou a nulidade do decreto, como também ordenou a volta imediata de Oviedo à prisão; contudo Raul Cubas Grau negava-se a cumprir a ordem judicial, o que levou a Procurador-Geral de Justiça e o Congresso Nacional paraguaios a pedirem a saída do presidente por abuso de poder e violação do Estado de Direito. Para complicar ainda mais a já conturbada situação política, em 23 de março de 1999, o vice-presidente Luís María Argaña foi assassinado enquanto se dirigia ao trabalho, o que ocasionou grande convulsão popular (BRITZ; CABALLERO, 2010).

Assim, a presidência do Paraguai foi ocupada pelo presidente do Congresso, o senador Luiz Gonzales Macchi. Macchi assumiu o país num período extremamente conturbado. Além de todos os acontecimentos políticos que abalara o país, a crise cambial brasileira de 1999 afetou diretamente as negociações comerciais com o Paraguai.

Nesse período, é importante constar a presença do Partido Colorado no governo Paraguai que, ainda que fora do Executivo do país, os colorados tinham forte influência e domínio da situação política do Paraguai.

1.1.5. Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e a ascensão de Fernando Lugo.

Em 2003, Nicanor Duarte Frutos foi eleito o novo presidente do país. Venceu com aproximadamente 37% dos votos, frente ao ex vice-presidente Júlio César Franco (23,95%) e Pedro Fadul (21,28%). O presidente tinha como prioridades em seu governo o combate à pobreza e o reequilíbrio econômico.

Um ano após Nicanor Frutos estar no poder paraguai, o PIB do país subiu de U\$6.326.000.000 para U\$8.060.000.000, como consta na tabela abaixo.



Além disso, o número de desempregados no país diminuiu de 16% para 7%. Também no governo de Frutos, o crescimento econômico subiu 4%, fato este memorável, visto a situação econômica do país nos últimos anos. Um fato importante é que foi acordado a construção da Ponte da Amizade, no valor de U\$3 milhões. Assim, as relações com o Brasil foram aprimoradas através do Mercosul.

Nicanor governou até o ano de 2008, quando Fernando Lugo assumiu o poder do governo que, até então, desde 1954 era governado e apoiado pelo Partido Colorado. Nesse período, o ato mais importante na política externa do Paraguai foi a assinatura do Protocolo de Rio Preto em 1994, que foi o acordo que fez entrar em vigência o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Além disso, a política exterior do Paraguai foi marcada em uma relação mais acentuada e dependente com os seus maiores parceiros desde então: Estados Unidos e Brasil.

Neste cenário,

a administração Duarte Frutos buscou construir um governo de “Concertação Política” e de compromisso democrático. Para tanto, buscou no exterior, em especial no Brasil, os financiamentos e os investimentos necessários para a expansão da economia paraguaia e para manutenção da base de apoio política. A gestão Duarte Frutos, no entanto, é acusada de não ter enfrentado de forma adequada a corrupção. Algumas autoridades, do primeiro escalão e próximas ao Presidente, foram acusadas de corrupção e de má gestão de recursos públicos, em especial das verbas dos Fundos Sociais de Itaipu,

criado em 2005, da construção de Yaciretá e de estatais paraguaias, como a Petróleos Paraguayos (Petropar) (BRITZ; CABALLERO, 2010 apud Espósito Neto; Almeida).

1.2 As eleições de 2008 e a ascensão de Lugo

De acordo com o Tribunal Superior de Justiça do Paraguai, as eleições para o novo presidente do país, que ocorreram no dia 15 de agosto de 2008, contaram com um total de 1,874,127 de votos. Destes, apenas 1,807,824 válidos e 27,818 inválidos. Um total de 766.502 votos foram para a Alianza Patriótica para el Cambio (APC), com a representação de Fernando Lugo, somando aproximadamente 41% dos votos. O Partido Colorado foi o segundo mais votado, com aproximadamente 31% (573,995) do total de votos.

Tabela 1 – Resultado das eleições presidenciais no Paraguai em 2008

Candidato	Partido	Votos	Votos (%)
<u>Fernando Lugo</u>	<u>Alianza Patriótica para el Cambio (APC)</u>	766,502	40.9
<u>Blanca Ovelar</u>	<u>Asociación Nacional Republicana</u>	573,995	30.6
<u>Lino César Oviedo</u>	<u>Partido Unión Nacional de Ciudadanos Eticos (PUNACE)</u>	411,034	21.9
<u>Pedro Fadul</u>	<u>Partido Patria Querida (PPQ)</u>	44,060	2.4
<u>Sergio Martinez</u>	<u>Partido Humanista Paraguayo</u>	6744	0.4
<u>Horacio Galeano</u>	<u>Partido Humanista Paraguayo (PHP)</u>	3080	0.2
<u>Julio López</u>	<u>Partido de los Trabajadores (PT)</u>	2409	0.1

Fonte: Tribunal Superior de Justiça do Paraguai, elaborada pelo autor.

Ao representar uma das eleições mais acirradas da história política do Estado Paraguai, os números das eleições de 2008 mostram mais que a opinião de uma população sobre quem escolher para comandar o país, mas, principalmente, o desespero

e sede do povo paraguaio por mudança perante um cenário de dificuldades econômicas e domínio político.

1.3 A política externa do governo Lugo

Como aponta Espósito Neto (2012, p.19), a eleição de Lugo foi um feito histórico pois representava o crescimento da influência de novas forças política paraguaias – tais como sindicatos, movimentos sociais, a própria Igreja Católica – e, sobretudo, o fato de acabar com a hegemonia do Partido Colorado, que governava o país desde 1954.

A campanha de Lugo teve alguns pontos cruciais para que seu partido chegasse à vitória. Tais como

a construção de um Estado a partir do interesse dos cidadãos e busca por desenvolvimento econômico. O programa também propõe medidas de grande apelo popular, como melhoria do sistema de saúde, criação de empregos, reforma agrária e defesa de minorias indígenas (CÔRTEZ, 2008, p.2).

Outro ponto na campanha do ex-presidente foi a proposta de seu governo a cobrar do Brasil, seu maior vizinho, algumas mudanças nas relações bilaterais. O fato de maior importância trazido por ele em seus discursos foi a renegociação do Tratado da Usina de Itaipu, que haviam diversos pontos que não agradavam o Estado Paraguai.

Mas, sendo a primeira vez que a oposição assume a presidência perante as urnas, a ascensão de Lugo na presidência do Paraguai foi algo que vários cientistas políticos, economistas e pesquisadores tinham em mente que não seria fácil devido à situação do país. José Carlos Rodrigues escreve que

los problemas son graves: la resistencia de los empresarios agropecuarios a pagar más impuestos, las tensiones con Brasil por la renegociación del contrato de la hidroeléctrica Itaipú y el bloqueo parlamentario, que dificulta la aprobación de medidas de emergencia para paliar la crisis económica, son algunos de los obstáculos que enfrenta el nuevo gobierno (RODRIGUES, 2009, p.1).

Almeida (2014) escreve que

Especificamente, Fernando Lugo foi eleito para lutar contra as desigualdades socioeconômicas paraguaias. No campo do jogo político, seu projeto de Governo propunha a articulação entre os setores sociais e produtivos, que juntamente, com as instituições estatais deveriam promover a democratização da sociedade e a participação cidadã, por meios de critérios voltados à transparência das ações e das decisões de Governo, o que, socialmente, se materializou com a criação da *Frente Social y Popular*, e, na seara econômica, com a constituição de uma agenda fortemente marcada pelos temas sociais, como os relacionados à melhoria do sistema de saúde, à

criação de empregos, à reforma agrária e à defesa das minorias indígenas. Nesse sentido, o principal desafio a ser enfrentado pela nova administração relacionava-se à constituição de um projeto político e socioeconômico capaz de propiciar o crescimento econômico sustentável, concomitantemente, com a justiça social (COTÊS, 2008, p. 1), (CARDOSO, 2010, p. 149-150 *apud* Almeida).

Apesar de ter ganhado as eleições, o Legislativo e o Judiciário ainda eram controlados pelo Partido Colorado. Logo, por haver oposições no comando e, visto que os três poderes trabalham juntos, seria ainda mais difícil para o governo de Lugo colocar seus planos em ação.

Assim, com todos os empecilhos políticos durante o mandato de Lugo, o ápice dos problemas foi o caso de Curuguaty, no qual um grupo de sem-terra paraguaios entrou em confronto com as forças de segurança e resultou 17 mortes (ABC Color, 2012).

Mesmo com todas as dificuldades, Lugo tentou cumprir seu mandato dentro das instituições paraguaias. Porém, não obteve sucesso em algumas de suas principais promessas, como combater o EPP (*Ejercito del Pueblo Paraguayo*) e a realização de uma ampla reforma agrária (ESPÓSITO NETO, 2012).

Diante dessa conjuntura, o congresso abriu um processo de *impeachment* contra Lugo que o tirou do poder na data de 22 de junho de 2012. O então vice-presidente da república paraguaia Luís Federico Franco tomou posse do governo.

O *impeachment* teve repercussão internacional negativa para o Estado Paraguai. O país foi expulso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Ademais, as relações bilaterais com a Argentina e com o Brasil foram praticamente rompidas, pois ambos os países eram contra o *impeachment* de Lugo por ser considerado um golpe de Estado.

Assim, os problemas políticos e econômicos pelo qual passava o Paraguai tiveram total influência no Mandato de Lugo. Além disso, Marco Aurélio Garcia (2012) diz que, com a ascensão de Lugo, houve apenas uma mudança de cargos no setor executivo, e não uma mudança de poderes, o que levou a queda do representante do APC.

2. A política externa do governo Lula (2003-2010) e a Agenda bilateral com o Paraguai.

2.1.1 A Política Externa do Governo Lula (2003-2010)

Antes de fazer uma análise sobre a gestão de Lula no pós-eleições de 2002, alguns pontos têm que ser mencionados. A entrada deste no governo Brasileiro marcou uma grande mudança no cenário político do país por alguns motivos: i. Com vitória sobre o partido PSDB (Partido Social da Democracia Brasileira), foi o primeiro presidente com caráter mais à esquerda no comando do Estado; ii. A mudança do foco nas relações internacionais brasileiras; iii. O Estado estava, sobretudo, com intensa influência da globalização, o que tornava-se necessário uma boa articulação da política externa do país.

Assim, o governo de Lula teve algumas mudanças nas relações internacionais que, até então, existiam com diversos países do globo mas eram mais estreitas com os Estados Unidos e com países vizinhos como a Argentina e o Paraguai. A primeira mudança que se percebe ao se analisar a política externa do governo Lula é uma maior aproximação com os países em desenvolvimento². Um simples exemplo é quando se analisa no site do Ministério das Relações Exteriores o número de acordos firmados entre Brasil e Colômbia no ano de 1999, no site do Ministério das Relações Exteriores constam 14 atos bilaterais; já no ano de 2010, constam 53 acordos firmados bilateralmente entre Brasília e Bogotá.

Em pouco tempo, cientistas políticos e outros pesquisadores da área começaram a perceber e escrever sobre a mudança na política externa brasileira e, como afirma Celso Amorim³:

The diversification of trade partners, with emphasis placed on other developing countries, was part of President Lula's diplomatic strategy from the outset – long before the financial meltdown (AMORIM, 2010).

Além disso, como cita Amorim, a aproximação diplomática do governo de Lula não foi apenas com países sul-americanos, mas também com outros países em desenvolvimento, como a China, África do Sul, Índia, Indonésia, etc. Por esse e outros

² São considerados países em desenvolvimento ou emergentes aqueles que apresentam quadros de crescimento econômico prósperos e características socioeconômicas que diferencia esses países das demais economias periféricas.

³ Ministro das Relações Exteriores do Governo Lula (2003-2010)

motivos, Vigevani e Cepaluni escrevem que a estratégia de Lula ficou conhecida como “Autonomia pela diversificação”.

autonomia pela diversificação: a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio, etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (Vigevani; Cepaluni. 2007).

2.1.2 África

Quanto ao continente africano, Lula disse que pretendia explorar os benefícios potenciais para um intercâmbio mais intenso na área econômica e que queria uma maior presença brasileira no mercado africano.

O mandato de Lula foi marcado por diversas viagens aos países do continente africano, principalmente nos países lusófonos (Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola). Além disso, foram abertas embaixadas na Etiópia, Sudão, Benin, Tanzânia, Camarões, Togo, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Guiné, Botsuana, Zâmbia e um Consulado Geral na Nigéria.

O intercâmbio comercial elevou-se de US\$ 6 bilhões em 2004 para mais de US\$ 12 bilhões em 2006. As exportações triplicaram, de US\$ 2,363 bilhões em 2002 para US\$ 7,455 bilhões em 2006. Os países com o maior fluxo comercial nas relações com o Brasil foram África do Sul, Nigéria, Egito, Angola e Argélia.

Apesar do êxito nas relações Brasil-África, estas receberam agudas críticas, como aponta Patrícia Leite,

Desmereceu-se a visita do Presidente a Estados do continente como desnecessário esforço de arregimentação do Sul, promovido em bases menos pragmáticas do que ideológicas. Argumentava-se que tais países teriam pouco a oferecer em termos de mercado consumidor e atração de investimentos quando comparados ao Norte, além do que se superestimava a capacidade não só de atuação conjunta na mudançada ordem internacional rumo ao cenário multipolar, como de adesão aopleito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança. (LEITE, p. 185)

2.1.3. Ásia

Assim como com o continente africano, os países da Ásia foram escolhas estratégicas da Política Externa do Governo Lula para formar parcerias. De todos os países, a África do Sul, a Índia e a China foram os que mais tiveram as relações

estreitadas com o Brasil, por terem algumas semelhanças: economia crescente, grande população e território.

No começo do mandato de Lula, foram feitas várias viagens à Ásia, e também diversos ministros deste continente visitaram Brasília para reuniões com o governo. Patrícia Leite afirma que

Além da aproximação política, o Brasil intensificou a cooperação tecnológica com os dois países. Em relação à Índia, avançaram-se as negociações para o desenvolvimento de tecnologias baseadas no uso de fontes alternativas de energia, com a criação de um Comitê Conjunto de Biocombustíveis. No tocante à China, o pilar da cooperação recaiu no aprofundamento do programa Sino-Brasileiro de Recursos da Terra (CBERS). Considerado o maior projeto de cooperação técnico-científica entre dois países em desenvolvimento²⁶⁸, o CBERS prevê o lançamento de satélites e a venda de suas imagens para aplicações em áreas, como meio ambiente, agricultura, desastres naturais, entre outras. (LEITE, p. 190)

Um fato importante foi a criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), um fórum composto por três democracias em três continentes diferentes, que tinha como objetivo debater temas comuns entre eles.

Conforme afirma Pecequillo (2008), a política externa de Lula, para atingir seus objetivos, conseguiu combinar três grandes eixos: as relações com potências com maior poder relativo (como os Estados Unidos); as relações com Estados de mesmo poder relativo (como a Índia); e, por fim, as relações com Estados com menor desenvolvimento relativo (como o Paraguai).

O êxito da política externa do governo Lula é, no mínimo, notável. Nos oito anos de governo, o Brasil ganhou mais visibilidade internacional. Prova disso é o fato do país, durante o mandato de Lula, confirmou sediar megaeventos de porte internacional como a Copa do Mundo de 2014 (várias capitais brasileiras) e as Olimpíadas de 2016 (Rio de Janeiro). Além disso, o Brasil se integrou em novos grupos de cooperação econômico-política, como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Assim, pode-se dizer que a cooperação sul-sul teve muitos ganhos para o país em âmbito interno e externo.

2.2 Relações bilaterais Brasil-Paraguai

Da política externa paraguaia sólida e independente do General Stroessner (1954) à assinatura da Ata das Cataratas em 1966; do governo Médici (1969-1974) que tem como um grande marco o maior estreitamento das relações bilaterais entre Brasília

e Assunção, à atualidade, pode-se afirmar que as negociações entre Brasil e Paraguai passou por altos e baixos.

Cintia Vieira Souto (2013) escreve que, por exemplo, durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, a agenda bilateral era quase inexistente. Em comparação com o primeiro mandato do governo Lula, a agenda bilateral é muito mais ativa e extensa.

A variedade de acordos é grande: projetos do BNDES para o Paraguai: Loma Plata-Carmelo Peralta (incluindo a ponte entre Carmelo Peralta e Porto Murtinho, sobre o Rio Paraguai); Estrada CruceGuaraníPindory Porá; Estrada San Estanislao-Puerto Rosario, Estrada Caazapá-Coronel Bogado, projeto de ampliação de um projeto piloto conduzido na área de Itaipu “bolsa-Escola”, cooperação entre a Eletrobrás e a ANDE (*Administración Nacional de Electricidad*) para reformulação do planejamento e da operação dos sistemas elétricos paraguaios, ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica entre o governo do Brasil e do Paraguai para a implementação do projeto Assistência e Tratamento de pessoas vivendo com HIV-AIDS, instrumento de Cooperação Desportiva entre a Direção-Geral de desportos do Paraguai e o Ministério do Esporte do Brasil. (SOUTO, 2013, p.16)

Souto também analisa a fala do ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim:

Mesmo um grande país como o Brasil é, talvez, pequeno nesse mundo de blocos em que se têm, de um lado, os Estados Unidos que é um bloco em si mesmo, a China, que é um bloco em si mesmo, a União Europeia que é, um bloco, naturalmente. O Brasil pode ser, no máximo, um país médio, mas a América do Sul tem um peso muito grande. E, é claro que, nessas relações, algumas são mais estratégicas que outras. A relação com o Paraguai é especialmente estratégica. (SOUTO, 2013, p. 17)

Outro fato que mostra a importância dada pela política externa brasileira ao Estado Paraguaio é o número de visitas do Presidente Lula ao país durante o seu mandato. Foi um total de quatro encontros: em maio de 2007, em agosto de 2008, em julho de 2009 e em julho de 2010.

Couto ainda reforça que, somente em 2007, foram firmados cerca de dez novos acordos em diversas áreas – de biocombustíveis à museologia. No período do governo Lula (2003-2010), são encontrados no site do Ministério das Relações Exteriores 53 acordos vigentes, fora os acordos entre atores não-estatais (empresas, organizações não-governamentais, etc.)

Além disso, as relações do Brasil com o Paraguai podem ser consideradas estratégicas por diversos atos, mas um dos principais pontos da agenda bilateral é a

Usina de Itaipu. Principalmente pelo fato de que 25% da energia brasileira e 75% da energia paraguaia são abastecidas por essa hidrelétrica.

Em 2008, o Paraguai era o país que mais abrigava brasileiros (aproximadamente 500.000), seja pela Usina ou por outros serviços. Itaipu, ademais, é responsável por grande parte do desenvolvimento econômico da região fronteiriça Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), tanto pela geração de empregos quanto a de outros setores como o turismo.

Outro fato importante é que, segundo Kfuri e Lamas (2007), as relações do Brasil com a Argentina também geraram ganhos à Assunção:

A relação conflituosa entre Brasil e Argentina rendeu ao Paraguai as hidrelétricas de Itaipu e Yaciretá (construída com a Argentina), a Ponte da Amizade (entre Cidade do Leste e Foz do Iguaçu) e a ponte que liga Encarnación, no Paraguai, a Posadas, na Argentina (KFURI; LAMAS. 2007, p.8)

Ademais, os governos brasileiro-paraguaios uniram forças para que projetos sociais fossem patrocinados e desenvolvidos pela Usina de Itaipu. Atualmente, a Usina de Itaipu ajuda a diversas organizações, tais como o Hospital da Mulher de Foz do Iguaçu, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), projetos locais, entre outros.

Além de projetos sociais,

Dos principais acordos firmados entre os dois países nesse período, destacam-se alguns relacionados à energia e à responsabilidade social de Itaipu, e à melhoria da infraestrutura e comunicação entre os dois países. (BRASIL, 2003c *apud* Espósito Neto, Almeida).

Enfim, como fora Autonomia pela diversificação definida por Vigevanifex com que os laços com países em desenvolvimento, como a China, Índia e o Paraguai se estreitaram. Na agenda bilateral Brasil-Paraguai, muitos passos foram dados. Alguns acordos de cooperação ainda estão em andamento, mas muitos marcos foram feitos e, na próxima sessão, discorrer-se-á sobre a alteração no Tratado de Itaipu em 2009.

3. A alteração no Tratado da Usina de Itaipu

3.1 A situação econômica, política e social do Paraguai

Ao ver a situação paraguaia atual, percebe-se que este país é um dos menos desenvolvidos da América do Sul. Hoje, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é

de 0,676, considerado nível médio; o Censo de 2011 aponta que possui 7.356.789 de habitantes e a estimativa do PIB em 2014 era de US\$54,723 bilhões. A maioria da população vive na cidade (55%) e a desigualdade afeta mais as pessoas que vivem no campo.

A economia do país gira, basicamente, em torno da produção e exportação de obras primas e produtos de baixo valor agregado.

Tal situação supracitada é facilmente compreensível se voltamos ao ano de 1870, fim da Guerra da Tríplice Aliança. Com o termino do conflito, o Paraguai estava devastado. Segundo Fausto (2001), a população diminuiu de 406.000 em 1864, para 231.000 em 1872.

Além disso, nesta guerra, o Paraguai perdeu a saída para o mar, o que tornava realmente complicada a situação do país ao querer fazer negócios internacionais, pois a única saída seria recorrer aos vizinhos (Brasil, Argentina e Uruguai) que eram os rivais no conflito.

Dessa maneira, somente na segunda metade do século XX que a população do Paraguai havia se reconstituído. Porém, os reflexos da guerra da Tríplice Aliança são sentidos até hoje pelo país que, depois do conflito, ora era dependente da Argentina, ora do Brasil, seus dois grandes vizinhos.

3.2 A Usina de Itaipu: marco na cooperação Brasil-Paraguai

A ideia de construir uma usina na região de Sete Quedas (divisa entre o Paraná e o – antigo – Mato Grosso) surgiu por volta da década de 1960 e a iniciativa foi do Estado Brasileiro. O Paraguai logo interviu, pois parte da construção afetaria diretamente parte do rio que está em seu território. Assim, em 1966, foi assinada por Brasília e Assunção a Ata de Iguaçu⁴.

Após anos de negociações, foi assinado em abril de 1973 o Tratado de Itaipu.

Foi uma difícil negociação, que resultou em um acordo único. O Tratado da Usina Binacional de Itaipu foi assinado em 26 de abril de 1973, em Brasília, pelos presidentes das ditaduras militares de ambos os países, os generais Emílio Garrastazu Médici (Brasil) e Alfredo Stroessner (Paraguai). O Tratado, “exclusivamente destinado a fixar as modalidades de produção e exploração de energia elétrica”, foi ratificado simultaneamente em Assunção

⁴ Documento no qual ambos os países envolvidos declaravam total interesse em fazer pesquisa sobre o aproveitamento da região de Sete Quedas para a construção da Usina.

e em Brasília no dia 2 de agosto de 1973 e entrou em vigor cinco dias depois. (CAUBET, 1991, p.237; Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu. <http://www.itaipu.gov.br/files/file/tratadoitaipu.doc>)

O tratado garantia, acima de tudo, que toda a organização, recursos e administração da Usina fossem compartilhadas pelos dois Estados. Assim, tanto os gastos como, por exemplo, os cargos (Diretor Geral, Secretário, Engenheiros) eram assumidos por representantes de ambos os países. Logo, a América Latina ganhava a maior empresa binacional de todos os tempos.

Também foi dividido os direitos e obrigações energéticas e elétricas sobre a empresa. Por parte do Brasil, a responsável por esses assuntos é a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), por parte do Paraguai, a Ande (*Administración Nacional de Electricidad*).

O Tratado é constituído de três anexos: A, B e C.

O estatuto da sociedade Itaipu Binacional – a empresa responsável pela construção e elaboração dos recursos hidrelétricos – está no Anexo A do acordo. O Anexo B trata das instalações e das obras auxiliares. O Anexo C regulamenta a gestão (Caubet, 1991. p.238)

Muitos afirmam que o Paraguai levou muita vantagem ao assinar a parceria com o Brasil, pois

A participação paraguaia na construção da usina se restringiu à posição geográfica e às águas do rio Paraná. O capital inicial da empresa Itaipu Binacional foi formado por partes iguais e intransferíveis de US\$ 100 milhões, mas os US\$ 50 milhões paraguaios foram emprestados pelo Brasil (a uma taxa de 6% ao ano de juros). O artigo VI do Tratado comprova um crédito aberto ao Paraguai nesse valor para dar a sua contribuição ao capital da empresa. O projeto da Usina de Itaipu exigiu investimentos diretos de US\$ 12,2 bilhões, mas o custo final foi de US\$ 27 bilhões. As garantias dos empréstimos internacionais, como determina o artigo X do Tratado, são de responsabilidade brasileira. A Eletrobras ficou responsável por todos os gastos, pelos empréstimos com bancos estrangeiros e pelo conhecimento técnico que possibilitou construir a usina. (CARDOZO, Guilherme, 2010, p.145)

A primeira turbina da usina começou a funcionar em meados de dezembro de 1983 e a produzir energia em 1984. Já em 2007, as duas últimas turbinas entraram em atividade. Atualmente, Itaipu é a segunda maior Usina hidrelétrica do mundo em tamanho e em produção de energia, perdendo somente para a Usina Três Gargantas, na China.

2.3 A alteração do Tratado de Itaipu em 2009

Como fora dito acima, quando comparado ao Brasil, o Paraguai teve pouquíssima participação no que tange o investimento na construção da Usina. Mas uma das coisas que mais incomoda o país é o que se refere à negociação dos preços de compra e venda da Usina de Itaipu.

Fernando Lugo, em sua campanha, tinha como uma das principais propostas a renegociação do preço pago pela energia vendida do Paraguai ao Brasil.

Hoje, o Paraguai usa menos de 5% da energia de Itaipu, que são responsáveis por mais de 90% da eletricidade do país, e vende o excedente a preço de custo para o Brasil. O problema é que o país gostaria de receber mais por essa venda. O custo unitário do serviço de eletricidade para o Brasil, em outubro de 2010, foi de US\$ 43,83 por MWh. O valor da energia comprada do Paraguai foi de US\$ 46,75 /MWh. Há uma diferença de US\$ 2,92 referente à remuneração pela cessão de energia, que está estabelecida no Parágrafo 3º do Artigo XV do Tratado. O custo do pagamento da dívida é US\$ 30,03 por MWh⁵⁰⁵. Ou seja, 69% da receita operacional de Itaipu são usados para amortizar a dívida e os juros com Eletrobras (que hoje detém 1/3 da dívida) e com o Tesouro Nacional (que detém 2/3). O valor restante, US\$ 13,80/MWh, é usado para pagar as despesas de manutenção e de pessoal da usina e os royalties. Como foi definido no Parágrafo 1º do Artigo XV, a Usina paga royalties – hoje estimados em US\$ 250 milhões – para cada margem. O Brasil repassa um terço desse valor a cidades do Paraná e do Mato Grosso, que foram afetadas pela construção da represa e tiveram áreas alagadas. (CARDOZO, 2010, p.156)

Com a vitória de Lugo, Gustavo Canese, engenheiro e grande nome quando se trata à temática de Itaipu, listou seis pontos que teriam que ser (re)discutidos com o Estado brasileiro sobre a política energética: 1- Soberania hidrelétrica. Livre disponibilidade de energia paraguaia para a venda a outros países; 2- Preço justo pela energia; 3- Eliminação da parte ilegítima da dívida de Itaipu; 4- Cogestão plena em Itaipu; 5- Controle e transparência; 6- Execução de obras faltantes. Em 01 de agosto de 2008, Marco Aurélio Garcia visitou Assunção e foi criado um Memorando para tratar destes seis pontos. Este memorando, posteriormente, foi decidido criar uma Comissão para negociar esses eixos que eram de interesse paraguaio.

Além disso, os problemas encontrados por Fernando Lugo para administrar seu governo devido à influência de partidos da oposição, fizeram com que o governo paraguaio deixassem em evidência a questão de Itaipu, cujas principais demandas paraguaias eram:

a livre disponibilidade da energia, ou seja, o direito do Paraguai de vender energia para outros Estados; o aumento no pagamento da energia “cedida”; revisão da dívida de Itaipu; aumento da participação paraguaia na gestão da represa binacional; ampliação da iscalização e da participação dos

organismos de controles na gestão econômica de Itaipu; conclusão das obras restantes, previstas no Tratado de 1973 (CODAS, 2008; GAMÓN, 2009 apud Espósito Neto, Almeida).

Sara de Toledo (2015) afirma que foram diversas visitas e encontros formais e informais entre representantes políticos brasileiros e paraguaios para tratar destes assuntos mas, principalmente, da Alteração de Itaipu.

Entre setembro e outubro de 2008, Lugo e Lula se encontram em Brasília para discutir assuntos diversos na agenda bilateral. Mas, segundo Gustavo Codas, a intenção de Lugo nesses encontros era exatamente apresentar suas propostas com relação a Itaipu. Além dos dois chefes de Estado, vários representantes brasileiros e paraguaios se reuniram para discutir os pontos das comissões.

Depois de quase dez meses de negociação, muitas propostas absurdas foram feitas pelo lado Paraguaio. O governo brasileiro sempre esteve disposto a negociar, e então no dia 25 de julho de 2009, Lula e Lugo assinam o a Declaração Conjunta “Construindo uma nova etapa na relação bilateral”, na cidade de Assunção. O documento foi aprovado no dia 22 de outubro do mesmo ano no Congresso Paraguaio e em 12 de abril de 2010 no Senado Brasileiro.

Este acordo conta diversos pontos para uma melhor aproximação bilateral, pontos estes, que vão além da Usina de Itaipu, tratam de assuntos de melhorias sociais e uma integração mais forte, por exemplo.

Cardozo afirma que a palavra final ficou com o presidente Lula.

A palavra final coube ao presidente Lula, que decidiu ajudar o Paraguai economicamente para dar maior estabilidade ao governo Lugo. De acordo com Jorge Samek, Lula disse aos negociadores brasileiros contrários a qualquer alteração no Tratado que era preciso pensar grande, porque o Brasil era a locomotiva da região e que, além disso, há milhares de brasileiros no Paraguai. (...) A forma escolhida foi triplicar o valor pago pela cessão de energia excedente de Itaipu – aumentando o valor de U\$120 milhões para U\$360 milhões ao ano (CARDOZO, 2010, p.160).

Sarah de Toledo escreve que

Segundo o ministro das relações exteriores do governo Lula, Celso Amorim, o Acordo de 2009 não alterou o Tratado de Itaipu, o que permite-nos concluir que, partindo de tal compreensão, as notas reversais de 2009 não podem corresponder a uma renegociação do Tratado. Ao nosso entender, na medida em que uma Nota Reversal altera o que foi estabelecido em um Tratado, é possível falar de renegociação do Tratado e, portanto, o acordo por trocas de Notas Reversais que alterou as bases financeiras do Anexo C do Tratado de

Itaipu pode ser considerado como uma renegociação do Tratado, ao contrário do que afirmou Amorim (AMORIM, 2014 *in* Toledo, Sara Basílio de).

No que tange à política interna, há distintas opiniões sobre a atitude tomada pelo lado brasileiro. A base aliada do governo Lula defendeu a integração e o anti-imperialismo, concordando com a nova página criada no livro das relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai.

Ainda na política interna, muitos deputados e senadores da oposição criticaram ferozmente o aumento. Para o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), “duzentos e quarenta milhões de dólares é muito dinheiro para ser transferido ao Paraguai sem nenhuma justificativa econômica ou financeira”.

Como fora supracitado, houve uma intensa discordância no Congresso Brasileiro quanto ao assunto. Giordano de Almeida explica a diferença entre os transigentes e os renitentes:

Em linhas gerais, enquanto os **transigentes** afirmavam que a renegociação desse instrumento proporcionaria o aumento das receitas por parte do Governo paraguaio, o que possibilitaria a redução de assimetrias entre dois países da América do Sul, pertencentes ao mesmo projeto de integração, o Mercosul, e o desenvolvimento de programas governamentais com o intuito de mitigar o subdesenvolvimento e a pobreza paraguaios, os **renitentes** entendiam a ratificação daquela nota como símbolo da existência de um arco de alianças entre os governos alinhados ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores, na América do Sul (TOLEDO, Sarah Basílio de, p. 199, grifado pelo autor).

Sarah de Toledo afirma que:

Na Câmara, o centro de gravidade dos argumentos se cristalizou na justificativa de o Acordo servir a interesses de sustentação política dos governos de Fernando Lugo, e, portanto, por mera afinidade ideológica, o presidente Lula e o governo, firmava um Acordo devido à convergências ideológicas, em detrimento do ônus a ser pago pelo consumidor. Ademais, o governo estaria modificando a cláusula pétrea do Tratado de Itaipu, desrespeitando o *pacta sunt servanta* e, passando por cima de divisões contrárias no interior do setor elétrico. De modo geral, não haveria explicação com suporte econômico capaz de justificar o Acordo, configurando-se, portanto, uma decisão de base partidária-ideológica. O recursos destinados ao acordo deveriam ser canalizados à suprir as necessidades básicas da população, assim como os próprios recursos deveriam vir do FOCEM. O Acordo refletiria uma política externa equivocada que tomava como demanda as reivindicações paraguaias, pautada, pois, em uma solidariedade que sacrificava a população brasileira. Por fim, o Paraguai já seria beneficiado há muito tempo pelo Brasil, que captou os recursos para o financiamento da obra, além do mais, o governo deveria exigir contrapartidas, como o combate ao tráfico de drogas e ao de armas, como condição para ratificação do acordo. (TOLEDO, p.157)

Quanto ao Paraguai, é visível o descontentamento do Presidente Lugo ao fim da negociação. Numa entrevista dada ao jornal ABC Color, o presidente afirma que um degrau foi subido mas que ainda tinham muito o que evoluir para ser uma cooperação mais horizontal.

Independente das críticas, quando se fala em relações do Brasil com o Paraguai, vale lembrar que este é um dos mais importantes vizinhos brasileiros e a energia produzida por Itaipu é de extrema relevância em território nacional. Além disso, o que é decidido bilateralmente afeta de forma direta os *brasiguaios*⁵ e outros cidadãos brasileiros e paraguaios.

Este fato é considerado uma ação concreta da chamada “autonomia pela diversificação” da política externa do Governo Lula. Espósito Neto e Almeida afirmam que

os resultados finais foram benéficos ao Paraguai, em especial pela triplicação do valor pago pela compensação da cessão de energia ao Brasil, a permissão de a ANDE vender energia diretamente às empresas elétricas brasileiras e pela intenção brasileira de financiar, direta e indiretamente, um bilhão de dólares de investimentos no Paraguai no período de uma década. (Espósito Neto, Almeida, p. 228).

Apesar da divergência de opiniões, tanto nas relações internas do Brasil e do Paraguai, quanto na relação bilateral destes países no cenário internacional após o fim das negociações, este foi um grande avanço na história da política externa entre o Brasil e o Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Paraguai, um dos países mais pobres da América Latina, sofreu uma grande mudança em seu cenário político com a ascensão de Fernando Lugo ao poder. O povo queria novos rumos à política e depositava toda a sua confiança na inovadora gestão do presidente eleito.

Por outro lado, o Brasil, em 2003, passou a ser governado por Lula, que alterou a política externa do país. Seus feitos, fizeram que esta fosse denominada por “autonomia pela diversificação”, devido ao estreitamento de relações com alguns parceiros, principalmente com países emergentes.

⁵ Cidadãos que vivem na fronteira do Brasil e do Paraguai e utilizam serviços de ambos os países, tais como escolas, restaurantes, hospitais, lojas, etc.

Logo, no governo Lula, Brasil e Paraguai aprimoraram suas relações, o que trouxe muitos ganhos para o Estado Paraguaio no que se refere a projetos, investimentos e estruturas feitas naquele país.

Um dos maiores feitos do governo Lula, no que tange a política externa, foi triplicar o valor pago pela energia excedida ao Paraguai, visto que Assunção estava passando por dificuldades políticas e econômicas e toda parte de energia paraguaia só pode ser vendida ao Brasil.

Este fato dividiu opiniões. A oposição diz que o Paraguai ajudou com parcela irrisória na construção da Usina de Itaipu e ganhou aumento da venda sem o devido merecimento. Lula, retruca, afirmando que resolveu apoiar o Paraguai devido a grande quantidade de brasileiros residentes ali e, sobretudo, pela crise que estava passando aquele país naquele momento.

Por mais que o Estado Paraguaio queira mais mudança nas negociações e ainda siga em crise, a alteração no anexo C do Tratado de Itaipu foi um marco na política externa brasileira e no que se refere as relações Brasil-Paraguai, marcando a história das relações bilaterais desses países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC COLOR. Jornal. Abuso de soberania paraguaya em Itaipu. Abc Color. Disponível em: < <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/opinion/abuso-de-soberania-paraguaya-en-itaipu-1220036.html>> Acesso em: 01/09/2015.

ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ALCALÁ, Guido Rodrigues. Ideologia Autoritária. Brasília: Funag / IPRI, 2005.

AMBIENTE E ENERGIA, Itaipu paga U\$9 bilhões em Royalties. Disponível em <https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2014/04/itaipu-paga-us-9-bilhoes-em-royalties/23980>. Visualizado às 15h30 de 20/04/2014.

ARAUJO, J. H. P. de. Paraguai, do Conflito à Pacificação. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Missões de Paz. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo2.html. Acesso em 08 de julho de 2010, às 14 horas.

- AZEREDO DA SILVEIRA, Antônio. Azeredo da Silveira: um depoimento. SPEKTOR, Matias. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BARBOZA, Mario Gibson. Depoimento. In: CABRAL, Ligia Maria Martins. Energia Elétrica e Integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.
- BARBOZA, Mario Gibson. O Detentor da fórmula mágica. In: FALCÃO, Alexandre. Mario Bhering: memórias do setor elétrico. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 2005.
- BARRETO, Fernando de Mello. Os Sucessores do Barão (1912 -1964): Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BARRETO, Fernando de Mello. Os Sucessores do Barão (1964-1985): Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BARRIO, César de Oliveira Lima. A Missão Paranhos ao Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai. Brasília: FUNAG, 2010.
- BETIOL, Laércio. Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- BHERING, Mario Pena. In: CABRAL, L. M. M. Energia Elétrica e Integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.
- BOETTNER, Luis María Ramírez. Memórias. Assunción, Paraguay: Intercontinental Editora, 2004.
- BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. Brasília: UnB / IPRI; São Paulo: IOSP, 2002.
- CALOGERAS, João Pandiá. A Política Exterior do Império: As origens. VI. I. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.
- CALOGERAS, João Pandiá. A Política Exterior do Império: o primeiro reinado. VI. II. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.
- CALOGERAS, João Pandiá. A Política Exterior do Império: da Regência à Queda de Rosas. VI. III. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.
- CAUBET, Christian G. As Grandes Manobras de Itaipu. São Paulo: Acadêmica, 1991.
- CABRAL, Lígia Maria Martins. Energia elétrica e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.

CABRAL, Lígia Maria Martins; LEVY, Maria Bárbara. Padrões de financiamento e de organização interempresarial do setor de energia elétrica. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2007.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros. O planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002.

CAMOZZATO, Izaltino; PENNA, João Camilo; LIMA, José Luiz. Módulo 6: A trajetória do setor de energia elétrica na década de 1980. In: DIAS, Renato Feliciano. (Coord.). A Eletrobrás e a História do Setor de Energia Elétrica. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.

CANESE, Ricardo; MAURO, Luis Alberto. Itaipu: dependencia o desarrollo. Asunción. Paraguay: Araverá, 1985.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: UnB, 2002.

CHIAVENATO, Julio José. Stroessner: Retrato de uma ditadura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2006.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. Os eixos da Política Externa do Paraguai de 1954 a 1989. Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 134, nov.-dez. 2012 [p. 11 a 18]

ITAIPU BINACIONAL, Mais de 13 mil pessoas visitam Itaipu nos feriados de Páscoa e Tiradentes.. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/mais-de-13-mil-pessoas-visitam-itaipu-nos-feriados-de-pascoa-e-tiradentes>. Visualizado às 09:39 de 23/04/2014

KEOHANE, Robert e Nye, Joseph. Power and Interdependence. Boston, Little, Brown (1977)

LEITE, Antonio Dias. A energia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEITE, Patricia Soares. o brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros, João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. 2011.

MONTEIRO, Nilson. Itaipu, a luz. Curitiba, Paraná: Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 2000.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. IN: RÉMOND, René(org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

PARANHOS Jr., José Maria. In: SCHNEIDER, Louis. A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai. Rio de Janeiro: Livreiro Editor, 1902.

OLIVEIRA, Artur. A outra história de Itaipu. São Paulo. Interesse Nacional nº 17. 2012.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The logic of Two-Level Games. International Organization, nº 42. Summer, 1988.

TOLEDO, Sara Basílio de. Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu / Sara Basílio de Toledo. – São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Unesp/Unicamp/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.